

Palavras sem História; História sem Palavras

Arlette Farge

Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales
(EHESS) – Centre de Recherches Historiques.

Se estamos de acordo com uma das definições recentemente dadas pelo filósofo J. Rancière a propósito dos homens, esses “seres que comprometem sobre palavras um destino coletivo”¹, podemos fazer algumas perguntas à relação que a história mantém com as palavras dos homens.

I. A História cimentada pelas palavras

Inicialmente deixemos passar as evidências, que interrogaremos mais adiante.

1. Numa abordagem inicial, poder-se-ia dizer que a palavra e a oralidade estão naturalmente contidas na narrativa histórica, que é encarregada de estabelecer uma temporalidade feita de acontecimentos, de continuidades e de rupturas, tomando para si os fatos e dizeres humanos. A narrativa engole forçosamente as palavras dos homens para dar forma a uma aventura humana que se estende através dos tempos. O sentido e o conhecimento são ditos então pela escrita do historiador encarregado de classificar e isolar os fatos, de devolver-lhes uma eventual coerência que provoca a inteligibilidade do passado pelo leitor. Nesta acepção bastante tradicional de história, as palavras não têm que ser reconstituídas, a não ser para colocá-las em algumas citações ou anedotas feitas para esclarecer, exemplificar, trazer imagens, a verdade ou sobretudo o verídico; feitas ainda para ilustrar a narrativa, aliviar seu peso graças ao surgimento de alguns diálogos ou da “vida como ela é”.

2. De maneira bem diferente, poder-se-ia ainda sustentar que a oralidade é subjacente a tudo que está escrito em história, nem que fosse porque na origem mesma do mundo não havia escrita e que muitos documentos sobre os quais trabalham os historiadores foram estabelecidos pela tradição oral. E mesmo com o advento da escrita, quando as falas puderam enfim ser registradas, pode-se afirmar que a linguagem histórica sempre teve como dever clarificar as palavras.

Da infinita diversidade das palavras, da infinita diversidade de comportamentos, dos fatos, dos escritos e dos acontecimentos, a história faz ordem. Então as palavras desaparecem para que ao mesmo tempo se afaste a desordem das particularidades, se esmoreça o murmúrio ensurdecedor e caótico de tudo o que pode ser dito.

3. Como não dizer também que sempre é possível deixar a história contar os acontecimentos através de uma narrativa confiável e autorizada sem que seja mesmo necessário fazer alusão às palavras ditas? Por várias razões, todas judiciosas: seja porque o historiador tomou como tema objetos de poucas falas, como a história dos sistemas econômicos por exemplo, da marinha mercante ou do desenvolvimento dos grandes comércios internacionais, etc., o que não necessita forçosamente de uso explícito da fala ou sobretudo engloba esta última sem maiores formalidades; seja porque o historiador, tendendo para a homogeneização, às sínteses e uma certa idéia do percurso global, é pouco solicitado pela estranheza do caso singular – o ruído da palavra que, para ele, não faz quase parte do corpo de seu argumento e cuja aparição ocasionaria diversão, ou mesmo desvio, de acordo com o caso.

4. É preciso destacar outras formas de história, tal como a das mentalidades, por exemplo, ou a história social ou ainda a história sócio-cultural; elas reencontram no seu caminho numerosos documentos transcrevendo ou evocando dizeres. Estes podem ser validamente classificados, ordenados em gêneros, em formas distintas de pensamento e de tomadas de posição, em tipologias (por exemplo, o condescendente, o submisso, o astuto, o transgressor, etc ...) e se encontrar, no interior da narrativa, resumidos, de maneira clara e arrumada, especificando comportamentos e atitudes que influenciaram os modos de relação humana, logo, os acontecimentos. A história chega

mesmo a se fazer a partir desses dizeres, reagrupados e restituídos ao leitor, convertidos pela linguagem historiadora, trabalhados e retornados à linearidade de apresentações bem construídas. As falas não passam em silêncio, mas passam sob o conduto diligente da escrita historiadora.

II. *A história muito rapidamente dita*

Isto posto, sobre tais evidências, é preciso saber voltar, pois eis a história talvez muito rapidamente dita e o homem mudo. Felizmente na atualidade, a história (essa que irrompe em nossos dias) obriga o historiador a novas interrogações colocadas em urgência. É assim que a disciplina se abre a outros caminhos, métodos e formas de exposição. Ela o faz geralmente mais sob a injunção de outras disciplinas do que pela urgência conjuntural (história e urgência nem sempre são companheiras). Em todo caso, não faz muito tempo, o singular, logo o acontecimento da palavra, vêm bater à porta da narrativa histórica² de maneira violenta.

Claro, nada é totalmente novo nesta matéria e não se trata de fazer aqui uma história da história que lembraria momentos precisos de inclinação da disciplina em relação a suas maneiras de falar o homem, a mulher, o desviante, o marginal, o desenrolar comum do dia a dia e a quebra do cotidiano. Que me seja permitido somente lembrar alguns nomes de filósofos e de historiadores preocupados com a escrita histórica e com o destino que ela poderia dar às pessoas “menores”, às pessoas de palavra. Eu os coloco no mesmo balaio; sei que eles se exprimem em níveis diferentes e desenvolvem sistemas de interpretações distintos; pouco importa, a disciplina histórica deve compreendê-los. Eu penso em Michel Foucault e alguns de seus livros ou artigos menos explorados que outros, tais como *La Vie des Hommes Infâmes* ; *Moi, Pierre Rivière* ; *Le Désordre des Familles* ; *Herculine Babin*, onde falas e palavras, testemunhas singulares, são a substância mesma da reflexão histórica. As palavras e os corpos alteram o sentido, a oralidade causa fratura, a dessemelhança singular é colocada primeira e única, objeto da história e sujeito da verdade. Eu penso também em Michel de Certeau e sua reflexão sobre a linguagem da possessão (*L'écriture de l'histoire* , *Les possédés de Loudun*). Evoco Paul Ricoeur em *Temps et Récit*, trabalhando com narrativa e história. Deixo lugar para

Jacques Rancière em *Les Noms de l'histoire* dizendo aos historiadores que eles deveriam dar conta da extravagância e da “perturbação da vida captada pela fala”.

1. Entremos no cerne do assunto apoiando-nos sobre esta escolha – já antiga e que foi a minha – de trabalhar com os arquivos de polícia do século XVIII para reencontrar a fala dos mais despossuídos, dos que não sabiam escrever e dos quais se reencontra a pista de suas palavras proferidas e escritas através dos dossiês de polícia (conservados sob forma manuscrita contendo processos verbais, investigações, interrogatórios, testemunhos, acareações, etc.). Uma vez ultrapassado o argumento segundo o qual estas falas em arquivos de polícia são forçosamente deturpadas, não são o reflexo do real e brincam às vezes de esconde-esconde com a verdade (o historiador não é assim tão inocente e sabe, além disso, distinguir entre o verossímil e a mentira; ele pode trabalhar em meio a essas figuras retranscritas sem crer estar diante de uma realidade dada, a qual só lhe restaria copiar para ser confiável), é preciso compreender que estes vestígios de oralidade se abrem sobre uma decifração possível das maneiras de pensar, de imaginar, de ver as pessoas do povo ao mesmo tempo em que as formas de sociabilidade e de comportamentos civis e políticos. O observatório social autorizado por estas palavras faladas, estes pedaços de respostas anotadas, estes fragmentos de frases consignadas oferece uma visão do campo desconhecido das relações cotidianas entre homens e mulheres, pais e filhos, dos papéis assumidos por uns e outros em todas as circunstâncias, das correlações de força e das tomadas de poder microscópicas mas reais que tecem o campo do privado, o campo econômico e social. Assim, pode-se a partir destas palavras faladas reconstruir e falar os modos de racionalidade e de indecisão que regem as práticas e as ações, os códigos (submissos, normativos ou transgressivos) que regulam as relações sociais ou as regem, seja momentaneamente, seja de maneira durável.

2. Eles falam, contam, respondem, omitem, dissimulam, mentem, dizem verdades mas sobretudo não se definem porque estariam “somente no mundo” mas porque “estão entre eles” e vivem diante dos outros, com eles, diante do poder e “num universo de

representações não indiferente às situações nas quais eles se encontram ativados”³. Suas palavras falam do meio termo, de estar junto ou contra ou então estar sem; suas palavras falam ou pelo menos sugerem que não se pode evitar de refletir sobre chegar-se a um acordo⁴ entre os súditos do Rei (ou chegar à discórdia). Assim estamos, graças às palavras pronunciadas e reencontradas pelo historiador, num mundo onde pode se examinar a maneira pela qual há entendimento ou não sobre assuntos e acontecimentos e a maneira onde os laços se fazem e desfazem, de acordo com os processos mais inesperados que uma “história sem palavras” nos deixaria crer.

O surgimento de vestígios da oralidade nos documentos históricos provoca constantemente surpresa e desordem no espírito do historiador, pois a ordem das palavras não está necessariamente do lado da linearidade e da estrutura lisa. Alguma coisa se desloca em termos de decalagem, de ruptura que traz complexidade à narrativa histórica, ou que lhe causa uma certa aspereza, visível e interpretável. Nesta primeira fase, onde a linguagem das palavras reencontradas oferece ao historiador uma multiplicidade de sentidos que ele não esperava, a primeira tarefa consiste em declinar ao mesmo tempo o plural dos itinerários singulares e o singular das semelhanças. Isto para introduzir a dessemelhança, que traz com convicção à semelhança sua parte desconhecida, porém interpretável. As palavras ditas, por instantes, cometem raptos; o que elas dizem de inesperado, de insólito, de tão particular e estranho, desfigura a unidade das semelhanças e arranha desfigurando a face lisa da construção histórica. Pode-se então afirmar que a irrupção da palavra nas fontes historiadoras é uma sorte, pois traz por sua estranheza intrínseca novas interrogações, não somente à interpretação dos acontecimentos históricos, mas a manufatura mesma da narrativa.

3. Tomar as palavras com tantas emergências novas, com tantos acontecimentos⁵ com certeza faz o historiador correr o risco de se afogar sob as singularidades, de atomizar seu discurso e sucumbir aos charmes atuais do individualismo e das individualidades, justificando-se candidamente pela “perda de referências” e pela “queda das ideologias”, duas explicações que se tornaram sacrossantas e sequer revisitadas. Quando se escolhe construir um projeto rigoroso

evidentemente não há lugar para isto. O reencontro, em pleno arquivo, com os seres falantes, suscita alteração, nos dois significados do termo: perturbado, sedento de sentido e transformado pelo outro. E estas duas operações conduzem a novas pesquisas, novas posturas: trata-se então, mesmo na organização cheia de lacunas destas palavras ditas diante do poder, de ler as transferências que cada um tenta inventar para si mesmo e para os que o cercam. Acontece que outra maneira de organizar o mundo às vezes se esboça, então é preciso admitir, interpretar – não para comprovar o que já se sabe sobre as classes pobres ou populares, mas para mostrar – com apoio em provas – como estas mesmas classes populares delineiam o outro, o além, o diferente, o improvável (que virou provável, pois existente). Estas asperezas singulares só fazem sentido se o historiador toma o cuidado de lhes articular sem cessar aos grupos sociais e aos acontecimentos coletivos dos quais eles são dependentes sob múltiplas formas (submissão, desvio, revolta, resistência, consentimento, efusão, desgosto). Aí nos encontramos longe dos perigos já citados, onde o historiador acumularia o singular para construir uma narrativa esfacelada, incapaz de sentido, logo, de verdadeiro conceito de alteridade.

Entenda-se, nestas condições, onde o discurso do historiador se encontra alterado pela palavra do outro – pelo crepitar da palavra pronunciada, pelo enunciado da diferença, alguma coisa se perde de homogeneidade, linearidade ou continuidade. A partir daí pode-se perguntar porque privilegiar o desvio, o excesso, o descontínuo em vez de trabalhar no campo tranqüilo das causalidades identificáveis e dos processos se encadeando uns aos outros. Pode-se dar a resposta, simplesmente, por ter aprendido, ao mesmo tempo de Michel Foucault e da observação do tempo presente, isto:

O mundo tal como o conhecemos não é esta figura, simples em suma, onde todos os acontecimentos se apagaram para que se identifique pouco a pouco os traços essenciais, o sentido final, o valor primeiro e último. É ao contrário uma miríade de acontecimentos entrelaçados (...). Acreditamos que nosso presente se apóia em intenções profundas, em necessidades

estáveis, pedimos aos historiadores de nos convencer disso. Mas o verdadeiro sentido histórico reconhece que nós vivemos sem referências nem indicações originárias de uma miríade de acontecimentos entrelaçados (...).

... Então a história é o conhecimento diferencial das energias e enfraquecimentos, das alturas e desmoronamentos. ⁶

As energias e os enfraquecimentos, as alturas e os desmoronamentos se lêem sobretudo nas palavras ditas, no barulho surdo por baixo da história, nos murmúrios minúsculos, naquilo que quer se expressar e às vezes desaba antes de ser formulado, no “menos” da história. Assim, logo que aparece um enunciado, há que tentar estudá-lo no pequeno de sua instância, de sua irrupção e não forçosamente a cada vez através de um encadeamento causal que o religaria eventualmente ao que lhe precedeu. A fala, ao invés de ilustrar o discurso da história de um exemplo, vem lhe colocar uma questão, exigindo dela outra narrativa dos fatos e acontecimentos capazes de integrar o descontínuo e o desfigurado. Partir das palavras daquele que fala (quando as fontes dão esta possibilidade) é ao mesmo tempo interrogar de maneira diferente os que estão em relação hostil ou familiar com ele, pois o ser falante “emana” tanto de seus próximos ou de sua família que ele interroga, quanto das formas de poder que lhe cercam que ele desafia ou se submete, fazendo-lhes curvar por sua vez.

4. Se submetemos as emergências das falas singulares a um coletivo que é preciso a cada vez definir, então é possível trabalhar sobre a maneira pela qual cada época gera esta articulação (a história da articulação entre os seres singulares e os lugares ou acontecimentos coletivos está ainda por fazer; ela contribuiria muito pois é uma das chaves de nosso futuro). Além disso – e é um outro assunto – é necessário refletir sobre a maneira pela qual a escrita historiadora pode, de várias maneiras, desfazer ou apagar a palavra. A narrativa, porque narrativa, dissimula e isto é normal, mas ela deve saber como dissimula e como se arrisca de exorcizar demais a oralidade. Ela pode, por exemplo, exorcizar a palavra remetendo-a sistematicamente para lugares de citação muito simples que acabam por torná-la muda.

É o que explica, entre outros, J. Rancière a propósito da heresia no seu *Les Noms de l'Histoire*: “A resposta do historiador é de seguir o declive da familiaridade que remete todo excesso de palavra para seu lugar natural, para o lugar que dá corpo a sua voz (...) o historiador não quer conhecer a vida desviada do verbo, vida desviada pelo verbo”⁷.

Mas há outra maneira de apagar a palavra singular: é tornando-a tão externa, tão surpreendente, tão amarga que ela se torna objeto de fascinação e lugar de estetização abusiva. A fala de outro não é tampouco a ser considerada como sendo a do selvagem, do primitivo, do índio exótico. O historiador se coloca numa grande tensão: saber que a palavra é separação, saber ao mesmo tempo que esta separação não é necessariamente para ser escutada, olhada ou interpretada como se olha ou visita uma terra desconhecida e selvagem, tornada cativa pela narrativa emocional e estética que se pode fazer dela. Quando se trata dos pobres e da reflexão sobre sua condição, este risco é grande: o exotismo dado às falas “menores”, o brotar da inocência que, na surdina, geralmente podem conduzir ao esvaziamento de sentido e a uma verdadeira inferiorização destes mesmos que se estuda e dos quais se faz história. É preciso agüentar esta tensão extrema para fazer da palavra, de uma alteridade ao mesmo tempo separada e igual, diferente e familiar, fruto do singular e buscando de todo modo a fronteira com o conjunto organizado pelos outros seres falantes. Visível, afastada, devolvida a ela mesma e ao outro, a palavra é um êxodo do qual o historiador deve traçar a viagem, algo inacabado que vai de lugar em lugar.

5. “Eu” é um lugar histórico por visitar: nele há o campo do engodo e da escapatória, das figuras de esquitejamento e do despropósito que informam as do raciocínio. “Eu” só se declina em filiação com os lugares conhecidos ou comuns, ou em exterioridade em relação a eles. “Eu” caminha numa paisagem com fronteiras vacilantes que o historiador pode marcar. A escrita deve então criar lugares próprios para fazer a narrativa destas deserdações e destes inacabados sem construir automaticamente sistemas de filiação genealógica ou de lugares demarcados como pátria, nação, meio, noções pré-fabricadas

para pensar sem distinção todas as palavras do mundo. “Eu” se conduz de outra maneira e informa a narrativa escapando geralmente de unidades homogêneas e muito bem criadas para ele, tal como século, país ou classe. “Eu” desclassifica. É sem dúvida a coexistência entre os lugares conjuntos da classificação e da desclassificação, do despropósito e da intencionalidade que é uma história em si mesma. Por se fazer, por se escrever.

6. É preciso terminar. Uma questão reaparece constantemente e talvez seja subjacente a toda reflexão sobre a oralidade: a ficção literária não é de grande valia para uma história mais habituada a ser sem palavras que com palavras? O jogo da língua e da expressão poética ou romanesca não é o que melhor convém para ajudar uma história a se dizer completamente? As palavras do escritor não estão mais aptas a dizer o que se diz e a respeitar as sinuosidades da interioridade humana? Tomemos Sade (citado por Michel de Certeau em *L'écriture de l'Histoire*) quando ele distinguia duas maneiras de conhecer o homem - a história e o romance:

O buril de uma só lhe traça quando ele se faz ver e então não é mais ele; (...) O pincel do romance, ao contrário, lhe capta desde seu interior.”⁸

Pensemos ainda na história atual e nesta bem recente das guerras e do genocídio: Primo Levi, Robert Antelme, Jorge Semprun não disseram, não dizem melhor o horror e a subjetividade que qualquer livro de história? As testemunhas e vítimas do genocídio não interpelam constantemente os historiadores, cansadas de não ler em suas narrativas as marcas indeléveis de seu sofrimento? A ficção, a narrativa oral, o testemunho não são lugares privilegiados onde a dor de um lado e a narrativa do Mal de outro podem ser postos a nu em sua inteira atrocidade? Quem pode – deve – dizer o atroz? A história está destinada a reduzi-lo e o testemunho e a ficção a captá-lo inteiramente?

A estas questões, todas imensas, é preciso responder. Uma coisa é certa: a literatura e a história não estão competindo diante destes problemas. São dois gêneros narrativos que não se confundem, não se anulam e precisam, claro, um do outro. Nenhum deve engolir o outro. Nenhum tem preeminência em relação ao outro. Inútil insistir sobre a

necessidade da literatura, evidente e sem rodeios. Da história, é preciso dizer a que ponto sua narrativa é indispensável pois nenhuma sociedade pode passar sem seu estatuto do verídico e dos protocolos de pesquisa que garantem ao mesmo tempo a coerência, a confiabilidade, a ética. Mesmo reformulada, revisitada sem cessar porque reinterrogada pelo presente, a história é em cada época a narrativa ordenada dos acontecimentos, o que evita a falsificação e a vergonha das derrapagens flagrantes ou das denegações mortíferas.

Uma vez isto colocado – e sobre o qual todo mundo pode estar de acordo, resta, apesar de tudo a se colocar a questão do lugar da oralidade, da palavra e do “eu” na narrativa racional. Evidente que a história deve se prevenir contra todo reducionismo e isto não é simples. É aliás um problema que se coloca para outras disciplinas, a sociologia por exemplo. Recentemente, Pierre Bourdieu e uma parte de sua equipe deram uma resposta notada e notável em *La Misère du Monde*⁹: a confecção mesma desta obra, feita de entrevistas dirigidas por um questionário extremamente rigoroso, leva em conta a palavra do outro como suporte essencial de uma surpreendente demonstração sobre a expressão da dor e do sofrimento, enunciada em diversos níveis.

Mais recentemente, J. F. Laé e N. Murard, sociólogos também, escolhem ainda outro modo de responder a difícil questão de levar em conta o dizível-indizível que aparece no fim das enquêtes sociológicas. Laé publica inicialmente na revista *Esprit*¹⁰ uma novela baseado naquilo que não lhe pode servir na análise ordenada de seu trabalho sociológico. O autor precede a novela de um texto explicando sua escolha e sua atitude: diante do que eles chamam os “dejetos” ou “rebotalhos” de toda enquête sociológica, quer dizer as falas e as narrativas de outros que não puderam entrar na sua linha de leitura, nem se integrar ao ordenamento de seu trabalho, ele decide não perdê-los publicando-os sob forma de ficção literária e de novelas. Mais tarde, com N. Murard, ele escreve um livro, *Les Récits du Malheur*¹¹, unicamente composto de novelas literárias. O prefácio esclarece suas intenções. Eles assim escreveram dois livros: uma obra de sociologia com suas enquêtes e um livro de novelas com os rebotalhos de suas enquêtes. A escolha é forte: trata-se de uma outra forma de acesso ao

real, dizem eles, um real mais denso. E, para eles, a narrativa pode “mais facilmente se acomodar das incoerências, estupefações, incompreensões que surgem na própria enquête. O horizonte da literatura está melhor situado para levar em conta a heterogeneidade das singularidades – aqui enfraquecidas”.

Na revista *Esprit*, Jean-François Laé escreve:

escolhendo o modo de exposição da novela, quero destacar materiais de observação numa lacuna da sociologia, as emoções e os sentimentos, habitualmente remetidos à psicanálise, na ilusão do senso comum ou na apologia do cotidiano. Eu creio que a força da novela é de traçar múltiplos universos de sentido, aí onde toda emoção sai de nós e alarga um espaço.¹²

A confissão é forte: não há lugar para emoções, sentimentos, palavras sideradas no enunciado sociológico. O sociólogo, para não lhes silenciar, serve-se da literatura.

De minha parte, como historiadora, recuso-me que uma lacuna qualquer da história me obrigue a escolher a literatura para que sejam ditas as palavras de uns e outros. Talvez por causa desta frase de M. Foucault a propósito de textos guardados nos arquivos do século XVIII vindo de testemunhos insignificantes:

“Confesso que estes textos surgindo de repente através de dois séculos e meio de silêncio vibraram em mim mais fibras do que aquilo que normalmente é chamado de literatura.¹³

Sobretudo porque tenho a convicção que a história deve se deixar afetar – como foi dito acima – pelas estupefações e extravagâncias de outrem sem afundar no esfacelamento das anedotas; que ela pode dar sentido às rupturas do cotidiano construindo a historicidade de sua ligação com os sentimentos coletivos. Se o historiador é “poeta do detalhe”, como escreve M. de Certeau, sua escrita deve se empenhar a religar os seres e as palavras, a reconhecer “a inscrição simbólica na cidade (...) de seres falantes, dotados de uma fala que não exprime simplesmente a necessidade, o sofrimento e a fúria, mas manifestam a inteligência”¹⁴ e que formam comunidade. A história e a política

têm este preço; a escrita histórica da palavra não é um desafio lançado à literatura, ela é um meio para designar as diferenças, estabelecer teias de conhecimentos, fazer de sorte que as distâncias entre as margens, as zonas silenciosas e outras mais sombrias sejam interligadas entre si, nomeando acontecimentos e as cesuras, o entrelaçar das origens. Quando o cineasta armênio Pelechian filma as multidões e os movimentos, alguma coisa de uma identidade comum se desenha através dos movimentos de multidão onde a câmera mostra atos singulares se transmitindo uns aos outros, compondo uma vertiginosa espiral onde vai em seguida se ler (se ver) o “rosto” de um grupo de homens e de mulheres num momento particular de sua história. A câmera expressa o movimento de conjunto sem jamais ter esquecido de mostrar o que particularmente liga um ao outro, divide um e outro, eles mesmos tornados tão visíveis ¹⁵.

A história não é cinema. Mas que importa? Por sua escrita, ela deve não fazer a narrativa das singularidades, mas “fichar” a palavra no coração de seu discurso, partir de sua raridade e de sua existência para trabalhar sobre os limites e dar lugar aos “restos”, respeitando tanto os desvios dos quais eles saíram quanto a inquietante tenacidade com a qual eles roem a norma ¹⁶. A história, neste sentido, designa o presente.

Tradução
Marco Morel

Notas e Referências Documentais

1. J. Rancière, *La Méésentente. Politique et philosophie*, Paris: Ed. Galilée, 1995, p. 47.
2. Como testemunha a última obra, que faz um balanço da disciplina, lançada pelas edições Autrement (Paris, 1995), *Passés recomposés, champs et chantiers de l'histoire*, direção de P. Bouthier e D. Julia.
3. B. Lepetit, *Les formes de l'expérience - Pour une autre histoire sociale*, Paris: Ed. Albin Michel, 1995, Introdução.
4. Id. Ibidem.

5. A. Farge, *Le Goût de l'Archive*, Paris: Ed. Le Seuil, 1986.
6. M. Foucault, "Nietzsche, la généalogie, l'histoire" In: *Dits et Ecrits*, vol. II, p. 148.
7. J. Rancière, *Les Noms de l'Histoire - Essai poétique du savoir*, p. 149.
8. Sade (Marquis de), "Idée sur les romans", prefácio de *Les Crimes de l'Amour*, In: *Oeuvres Complètes de Marquis de Sade*, Paris: Cercle du Livre Précieux, 1966, t. IX, p. 16.
9. P. Bourdieu, *La Misère du Monde*, Paris, Seuil, 1994.
10. J. F. Laé, *Comment raconter*, Esprit, Paris: dezembro de 1988, pp. 66-75.
11. Idem, *Les Récits de Malheur*, Paris: Ed. La Découverte, 1995.
12. Idem, *Comment raconter*, Op. Cit.
13. M. Foucault, t. III, *La Vie des Hommes Infâmes*, pp. 237-253.
14. Id. Ibidem.
15. *Retrospectiva Pelechian*, Musée du Jeu de Paume, Paris, abril de 1992: "Habitants"(Moradores), "Noms"(Nomes), "Saisons"(Estações), "Guerre"(Guerra).
16. J. Rancière. Op. cit., pp. 45-47.